

## RELATÓRIO DE JULGAMENTO



### SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

### RELATÓRIO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024-DA/L RESPOSTA AO ITEM 21 DA IMPUGNAÇÃO Nº 02 (SEI 1795624)

#### DA AUSÊNCIA DE MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA PRODUTOS NACIONAIS

Por todo o exposto, a LICITANTE requer:

(...)

e) Seja esclarecido o motivo do presente certame não apresentar margem de preferência para produtos manufaturados nacionais, uma vez que o seu objetivo é aumentar o emprego, a renda e fortalecer a inovação e a indústria brasileira, como dito anteriormente;

(...)

h) Seja acatada a presente impugnação, julgando procedente todos os seus pedidos, sob pena de caracterizar direcionamento do certame.

#### RESPOSTA DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO AO PREGÃO:

A Administração Pública, ao elaborar o Edital do Pregão Eletrônico nº 90015/2024, observou rigorosamente os princípios que regem as contratações públicas, especialmente aqueles previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.890/2024. Dessa forma, entende-se que a ausência de previsão de margem de preferência no referido edital está plenamente justificada e amparada pela legislação vigente.

O artigo 26 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que "poderá ser estabelecida margem de preferência", deixando claro que a adoção desse instrumento é facultativa, e não obrigatória. Da mesma forma, o artigo 3º do Decreto nº 11.890/2024 reitera essa possibilidade, sem impor sua aplicação em todos os certames.

A decisão de não adotar a margem de preferência no presente edital fundamenta-se na necessidade de garantir a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública, promovendo ampla concorrência e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, conforme determina o artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a legislação exige que a aplicação da margem de preferência seja precedida de estudos técnicos que demonstrem sua viabilidade e impacto econômico. No caso concreto, tais estudos não indicaram a necessidade de adoção dessa medida, motivo pelo qual não foi incluída no edital.

Ressalte-se que a ausência da margem de preferência não impede a participação de empresas nacionais no certame, garantindo igualdade de condições entre todos os concorrentes e observância do princípio da isonomia.

Dessa forma, não há fundamento legal que imponha a obrigatoriedade da inclusão da margem de preferência no Edital do Pregão Eletrônico nº 90015/2024. Por conseguinte, a presente impugnação não merece acolhimento.

Ante o exposto, este Agente de Contratação indefere a impugnação apresentada, mantendo inalterados os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90015/2024.

**Andrea Rodrigues Pereira**

Agente de Contratação

**Mayckon Queiroz**  
Agente de Contratação



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Rodrigues Pereira, Chefe da Divisão de Licitação**, em 26/03/2025, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Mayckon Souza Queiroz, Agente Administrativo**, em 26/03/2025, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1875907** e o código CRC **CCF72C6B**.

Referência: Processo nº 59400.000869/2024-70

SEI nº 1875907